

PSICOMOTRICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL – ASPECTOS DA ABORDAGEM E COMPREENSÃO.

MELLO, Joao Vitor Monteiro de ¹

ALVES JUNIOR, Luiz Carlos ²

Resumo: Este trabalho tem como objetivo compreender como a psicomotricidade pode proporcionar a otimização no processo ensino e aprendizagem na educação infantil. Descreve viabilizar a criatividade onde o processo é a referência necessária ao sucesso deste recurso de aprendizagem. Acredita-se obter como contribuições do presente estudo quantidade de atividade física que a criança exerce fora e dentro de casa, com intervenção de um profissional da Educação Física e dos pais quando estão em casa, pode influenciar no desenvolvimento motor da criança. Essa pesquisa tem o caráter predominante qualitativo, já os procedimentos metodológicos basearam-se na pesquisa bibliográfica e teve como objetivo proporcionar maior familiaridade com o conceito de psicomotricidade, como ela está vinculada ao processo de alfabetização e suas contribuições para a aprendizagem das crianças.

Palavras-chave: Psicomotricidade. Educação Infantil. Desenvolvimento Infantil.

¹Acadêmico do Curso de Educação Física da FIRA - Faculdades Integradas Regionais de Avaré -18700-902 - Avaré-SP. E-mail – joavitormmello19@hotmail.com

²Orientador – Professor Titular da FIRA-Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700-902 – Avaré-SP. E-mail - luizcarlosedufisica@gmail.com – Licenciado e Bacharelado em Educação Física pela FIRA – Avaré

1 INTRODUÇÃO

Será possível, por meio das aulas de Educação Física escolar, a abordagem enfática de aspectos da Psicomotricidade?

Acredito que sim e construí este trabalho buscando referencial teórico e prático que apontasse para esse caminho.

A importância da melhoria da aptidão física e do desenvolvimento, pois os dois estão interligados, quando evoluímos na aptidão logo vemos melhoria nas capacidades funcionais motoras (agilidade, força, velocidade, flexibilidade e potência aeróbica) do indivíduo, assim ajudando nas realizações de outras tarefas.

Os argumentos usados para justificar a psicomotricidade na educação colocam em evidência seu papel na prevenção das dificuldades escolares.

Mas antes de tudo deve ser uma experiência ativa de confronto com o meio. Portanto os exercícios corporais e as atividades despertadoras visam especialmente assegurar o desenvolvimento harmonioso dos componentes corporais, afetivo e intelectual, objetivando a conquista de uma relativa autonomia.

Foi realizada uma revisão narrativa de literatura com base em manuais das referências publicadas em livros e textos disponíveis no acervo das Faculdades Integradas Regionais de Avaré (FIRA), dos últimos vinte e um anos e também por meio da base de busca do Google Acadêmico utilizando as respectivas palavras chaves: Psicomotricidade. Educação Infantil. Desenvolvimento Infantil.

A metodologia para construção deste trabalho é pesquisa bibliográfica, que se caracteriza pela utilização de materiais escritos e também como sendo a mais comum nos estudos acadêmicos (RUMMEL, 1972 apud MARCONI; LAKATOS, 2012, p.7).

No presente trabalho, as pesquisas foram realizadas somente em conteúdos da Língua Portuguesa e inglesa, periódicos nacionais, respeitando-se o período de publicação acima mencionado, os quais estivessem diretamente relacionados com o objetivo deste trabalho. Por outro lado, excluiu-se da elaboração deste, os artigos que estivessem fora do período escolhido e em outros idiomas (RICHARDSON, 2007).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 PSICOMOTRICIDADE – DEFINIÇÃO E CARACTERIZAÇÃO

A psicomotricidade é a ciência que estuda o corpo em movimento, analisando a parte cognitiva, motora e afetiva do ser humano.

De acordo com Faria (2015), psicomotricidade vem do grego “Psique” que significa fenômeno da mente e do latim “moto ou motriz”, que significa força que dá movimento.

Historicamente, o termo psicomotricidade surgiu a partir de um discurso que aconteceu no final do século XIX, quando tornou necessário nomear as zonas do córtex cerebral, localizadas além das regiões “motoras”.

São consideradas como as principais causas de atraso motor encontram-se: baixo peso ao nascerem, distúrbio cardiovascular, respiratórios, e neurológicos, infecções neonatais, desnutrição, baixas condições sócio-econômico nível educacional precário dos pais e pré- maturidade (WILLRICH; AZEVEDO; FERNANDES, 2008).

Foi Dupré, neurologista francês que em 1907, com suas pesquisas clínicas, definiu a síndrome da debilidade motora, dando início à psicomotricidade, sendo composta de sincinesias (movimentos involuntários que seguem uma ação), paratonias (incapacidades para relaxar voluntariamente uma musculatura), e inutilidades sem que aconteça perda ou lesões extrapiramidal.

Falcão e Barreto (2009) citam que Henry Wallon foi o grande precursor da psicomotricidade, levando-se em consideração seu campo científico, pois era médico, psicólogo e pedagogo.

Wallon dizia que “o movimento é a única expressão e o primeiro instrumento do psiquismo”.

A psicomotricidade é a ciência que estuda o homem como objeto em movimento, envolvendo seu movimento global e harmonioso desde seu nascimento.

Por se tratar de uma ligação entre psiquismo e motricidade, ela engloba a educação e a saúde, compreendendo o indivíduo totalmente.

A Sociedade Brasileira de Psicomotricidade (SBP), fundada em 1980, define a psicomotricidade como ciência que tem como objetivo de análise, o homem através do seu corpo em movimento em relação ao mundo interno e externo, tal como a capacidade de perceber, atuar, agir com o outro, com os objetos e consigo mesmo (FALCÃO; BARRETO, 2009).

Segundo Souza (2012), a psicomotricidade consiste na homogeneidade ativa das atividades, dos gestos, das atitudes e posturas, enquanto sistema expressivo, realizador e representativo do “ser com ação” e da coexistência com o outro.

Sendo assim, a criança tem oportunidades para se expressar por meio de grande variedade de canais de comunicação, expressão e criação, sendo que entre todos os meios disponíveis, o principal é a motricidade.

Considerando que cada criança tem sua própria história pessoal, por isso também é portadora de uma bagagem cultural de seu meio.

O espaço para a psicomotricidade e a metodologia de intervenção que são utilizados é que vão permitir às crianças, a viver suas experiências a partir do prazer do movimento e da relação com o espaço e com os outros.

Assim, se possibilita que as crianças de qualquer cultura, ou mesmo com necessidades educativas especiais possam chegar à conquista do entorno e do mundo.

Sugerem muito acompanhamento às crianças de Educação Infantil para que alcancem, com prazer do movimento e da relação com o espaço e com os outros. Assim, se possibilita que as próprias sensações, percepções e experiências sejam vivenciadas.

Nesse ambiente educativo, o professor deve organizar as atividades, a partir das produções das crianças, de seus interesses, das atividades e jogos pelos quais demonstram interesse e curiosidade, considerando sempre seu nível de maturidade afetiva e cognitiva, e seus limites.

O educador será o mediador, o acompanhante que ajudará a criança, na evolução e desenvolvimento de suas necessidades individuais.

Para que a escola possa proporcionar esse clima agradável, principalmente na Educação Infantil, faz-se necessário que os profissionais que nela atuam, sejam receptivos no momento atrativo e psico-afetivo da criança.

A psicomotricidade deve ser entendida como uma educação corporal básica na formação integral da criança com necessidades educativas especiais.

2.2 EDUCAÇÃO INFANTIL – DEFINIÇÃO E FUNDAMENTAÇÃO

Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, constituiu um campo de ações políticas, práticas e de conhecimento em construção que se consolida no bojo do processo de conquistas democráticas recentes da sociedade brasileira.

Conforme dispositivo legal, o sistema de ensino desde 1996 determina creches para crianças até 03 anos de idade, e as pré-escolas para crianças de 4 e 5 anos. (BRASIL, 1996).

A integração da Educação Infantil no âmbito da educação básica é considerada um importante marco no reconhecimento legal do direito da criança. Para ensinar as primeiras noções de ciência nesta modalidade de ensino é necessário compreender a essência da interdisciplinaridade e planejá-la de maneira criativa.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil direcionam aos docentes no planejamento de suas práticas e, concebem o currículo da Educação Infantil (BRASIL, 2010, p. 6), como:

(...) um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, científico e tecnológico. Tais práticas são efetivadas por meio de relações sociais que as crianças desde bem pequenas estabelecem com os professores e as outras crianças, e afetam a construção de suas identidades.

A Educação Infantil no Brasil foi reconhecida oficialmente como primeira etapa da Educação Básica na Constituição Federal de 1988. Em 1996, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, foi mencionada pela primeira vez na história da educação do Brasil, a possibilidade de uma orientação curricular que envolvesse a Educação Infantil, assim no artigo abaixo está definido que:

Art. 9º A União incumbir-se-á de: [...] IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum; (BRASIL, 1996, Art. 9º, IV).

Ao analisar a educação para os pequeninos é fundamental reconhecer suas especificidades e suas bases curriculares que devem diferir dos outros segmentos, pois as crianças de 0 a 5 anos são pessoas em um estágio especial de desenvolvimento com necessidades e características bem específicas. Assim:

Art. 29. A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 1996, Art. 29).

Em consideração as especificidades da Educação Infantil, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996) prevê que todos os segmentos da Educação Nacional devem:

[...] ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013). (BRASIL, 1996, Art. 26).

Na Educação Infantil, a integralização curricular “[...] poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas envolvendo os temas transversais de que trata o caput. (Redação dada pela Lei nº 13.415, de 2017)” (BRASIL, 1996, Art. 26, § 7º). Desta forma, a integralização curricular na Educação Infantil poderá seguir o que for mais conveniente para esse segmento e seus sujeitos.

O RCNEI (BRASIL, 1998) é um documento de orientação curricular, organizado por eixos do conhecimento, é um documento histórico e muito importante para Educação Infantil, porém é necessário salientar que era uma

orientação, “[...] em termos curriculares, as decisões vêm, desde os anos 90, sendo tomadas em movimentos oscilatórios”. (BARBOSA; RICHTER, 2015, p. 189).

A proposta de discussão sobre o currículo na Educação Infantil reside nos fatos apresentados e sugeridos por Barbosa e Richter (2015, p. 189-190):

A presença constante dos Referenciais, a ausência de problematização diante da opção pelas áreas de conhecimento, a falta de discussão sobre o tempo e o espaço dos bebês, a desconsideração pelo movimento lúdico do corpo, a separação entre conteúdo e metodologias, entre aprendizagem das crianças e ação pedagógica dos professores, entre conteúdo escolar e cultura nos fazem pensar que o debate sobre o currículo na Educação Infantil necessita, sim, ser intensificado.

As DCNEIs (BRASIL, 2010), ainda, trazem a:

Concepção de Proposta Pedagógica: Na observância das Diretrizes, a proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve garantir que elas cumpram plenamente sua função sociopolítica e pedagógica:

Oferecendo condições e recursos para que as crianças usufruam seus direitos civis, humanos e sociais;

Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;

Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;

Promovendo a igualdade de oportunidades educacionais entre as crianças de diferentes classes sociais no que se refere ao acesso a bens culturais e às possibilidades de vivência da infância;

Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, linguística e religiosa. (BRASIL, 2010, p. 17).

O documento curricular norteador da Educação Infantil, orienta sobre os objetivos para elaborar a proposta pedagógica para esse segmento educacional.

A proposta pedagógica das instituições de Educação Infantil deve ter como objetivo garantir à criança acesso a processos de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à convivência e à interação com outras crianças. (BRASIL, 2010, p. 17).

As DCNEI (BRASIL, 2010) fazem uma alteração importante nos eixos do currículo para a Educação Infantil, apresentando como eixos norteadores para o trabalho educativo com essa faixa etária, as interações e as brincadeiras, sendo fundamental que a escola garanta experiências que sejam significativas e promotoras de aprendizagens.

Sendo assim, diante do exposto, entende-se que para Educação Infantil as orientações curriculares devem atender as peculiaridades da primeira infância, o reconhecimento da criança como sujeito com direito a brincar, a identidade de cada rede, escola, comunidade e atendimento das normas legais vigentes no Brasil.

2.2.1 EDUCAÇÃO INFANTIL E A PSICOMOTRICIDADE

Para Gonçalves (2005) existem várias maneiras de interpretar as abordagens pedagógicas que ocorreram na Educação Física nos anos 80. Sendo esta década um importante momento sócio-político de redemocratização da sociedade brasileira e do país.

O mesmo autor cita que, nessa época surgiu uma maior necessidade de qualificação na área de Educação Física devido a essas mudanças sociais. Cita também que a psicomotricidade tem referência no campo da Educação Física e influenciou as abordagens que surgiram nesse período da história.

A Educação Física na educação infantil tem um papel potencialmente relevante, uma vez que pode aplicar atividades da psicomotricidade no intuito de promover desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo de maneira intencional.

Segundo Ferreira Neto (2002), os primeiros anos de vida são de fundamental importância para o desenvolvimento posterior da criança, sendo que o papel da educação pré-escolar se torna de grande relevância na formação integral do indivíduo, para uma sociedade em contínua mudança.

A pré-escola, nesse caso, é um recurso benéfico, enquanto se propõe a ser um ambiente intermediário, entre o lar e a escola, num período de vida que a personalidade começa a se formar.

Cabe ao professor, proporcionar um ambiente agradável que facilite a adaptação da criança, nesse primeiro contato com a escola, demonstrando que gosta dela e se interessa por ela, uma vez que a transição dá um impacto muito grande de compreensão e paciência (FERREIRA NETO, 2002, p.03).

A educação escolar deve vir de encontro às necessidades básicas da criança, partindo do que ela já sabe para chegar às próximas aprendizagens, sem pular nenhuma etapa, pois a aprendizagem é um processo contínuo que possui uma trajetória pressupondo domínios de pré-requisitos.

A educação infantil deve-se oportunizar a criança estímulo, oportunidades e motivação para que no momento e no tempo conveniente ela possa amadurecer, portanto deixar que aquisições marcantes como a escrita e a leitura ocorram quando a criança estiver pronta para adquiri-las, sempre levando em conta os limites de cada um.

Com isso pode-se dizer que a pré-escola é um poderoso instrumento socializador e educador, levando a criança a desenvolver sua criatividade, e promovendo também um equilíbrio geral.

Psicomotricidade pode ser definida como a ciência que estuda o homem através de seu corpo em movimentos, suas relações internas e externas. Seu estudo está ligado a três premissas principais: o movimento, o intelecto e o afeto. Destarte, psicomotricidade tem fortes relações com o processo de aprendizagem (OLIVEIRA; SOUZA, 2013).

No século XIX, é o marco do início dos estudos sobre psicomotricidade. Naquela época, ela já discutia a teoria de colocar o movimento como um componente essencial na estrutura do eu.

Entretanto, há indícios que Aristóteles (384-322 a.C.) já tratava sobre o dualismo corpo e alma, quando defendia que o homem era feito de certa quantidade de matéria (corpo) moldada numa forma (alma) (OLIVEIRA; SOUZA, 2013).

Gallahue e Ozmun (2005) definem desenvolvimento motor, como toda mudança continua em seu comportamento motor durante o ciclo de vida. Acredita-se que o indivíduo tem seu desenvolvimento motor pelas habilidades

conquistas independente da velocidade, mas a mesma tem que avançar de forma contínua, sem pular etapas.

Para Haywood e Gelchell (2004), o termo aprendizagem motora é diferente de desenvolvimento motor, sendo definido como toda alteração no movimento seja ela de forma permanente ou não, sem relação nenhuma com a idade.

Para os mesmos autores a evolução do movimento que é desenvolvimento motor, acreditando que estudando as alterações dos movimentos estaremos compreendendo o desenvolvimento motor.

Desenvolvimento que, para ocorrer de maneira sensata, coerente e harmoniosa, é preciso que o homem internalize valores essenciais de convivência, não apenas como um processo mecânico e automatizado, mas como uma postura compreendida, refletida e escolhida pelo ser atuante.

Isso significa que o desenvolvimento do homem, de sua consciência, só é possível mediante a interação social com outros humanos, donde receberá as instruções para a vida em sociedade.

Esta característica humana, de necessitar aprender com o outro aquilo que lhe é essencial, diferencia-o dos demais animais, que já tem essas instruções descritas em seu código genético, seu instinto.

De particular interesse, a psicomotricidade influenciou alguns autores que formularam as bases da abordagem que ficou conhecida como “Desenvolvimentista”.

O posicionamento fundamental dessa abordagem, é que, se existe uma sequência normal nos processos de crescimento, de desenvolvimento e de aprendizagem motora, isto significa que as crianças necessitam ser orientadas de acordo com essas características, visto que, só assim, as suas reais necessidades e expectativas serão alcançadas (DAÓLIO, 2010).

Dessa forma, Daólio (2010), a educação física escolar só irá atender as necessidades fisiológicas do desenvolvimento motor, quando, tiver conhecimento das etapas em que as crianças percorrem no desenvolvimento e na aprendizagem.

Os diversos autores acreditam que deve se trabalhar de forma progressiva, primeiro ensinando as habilidades motoras básicas para evoluir para as complexas com mais facilidade, a forma como os profissionais vão

trabalhar essa área vai ser a partir do conhecimento adquirido dos processos biológicos do crescimento, sabendo que todas as crianças passam pelo mesmo processo, podendo haver variação de velocidade na assimilação do entendimento do processo.

Assim torna-se importante o estudo desta abordagem para nortear o trabalho do profissional de Educação Física na escola, no que diz respeito à Psicomotricidade.

2.3 IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO FÍSICA E DO PROFESSOR

A Educação Física, como componente curricular da Educação Básica, deve se orientar principalmente pelos objetivos educacionais da escola.

Isto é, seu objetivo geral deve ser o de contribuir para a formação do cidadão consciente, responsável, crítico, autônomo, interdependente, criativo, transformador e mais uma série de qualidades que devem configurar o caráter do aluno.

Ao considerarmos a educação física como disciplina do currículo escolar entendemos que ela não pode ter tarefas diferentes dos demais componentes daquele contexto, muito embora apresente particularidades que são próprias da área. Nesse entendimento de disciplina curricular, a educação física passa a tratar de conhecimentos/saberes os quais devem pertencer à cultura motora e que nós consideramos clássicos: os jogos populares e esportivos, a ginástica, as danças folclóricas e populares e as lutas. Estamos considerando por clássico “aquilo que resistiu ao tempo, logo a sua validade extrapola o momento que foi proposto”. (GONZÁLEZ; FRAGA, 2012, 37).

Isso se verificará quando da citação de autores diversos que se utilizam de terminologias diferentes, como cultura corporal de movimento, cultura física ou cultura motora – como na citação anterior -, que no nosso entender tem o mesmo significado.

Os objetivos específicos devem então se preocupar com a especificidade da Educação Física, ou seja, propiciar aos alunos a vivência das mais diversas manifestações da cultura corporal, construídos histórica e culturalmente e repassados através das gerações.

A Educação Física não tem o direito de privar o aluno do acesso a esses

conhecimentos. Não se pode apegar a alguns esportes e trabalha-los exaustivamente, desenvolver suas habilidades a fim de formar um atleta na escola.(OLIVEIRA; SOUZA, 2013).

É claro que é interessante que o aluno domine a arte de saber jogar, dançar, lutar, se contorcer ou que mais gestos forem desenvolvidos através dos exercícios, porque isso se torna para ele instrumentos de socialização.

O homem, seja ele criança, adolescente ou adulto, necessita pertencer a um grupo. Quando se trata de grupos que tem como costume a prática de atividades físicas, principalmente esportes, é nítido como se cobra do membro que domine as habilidades inerentes àquela modalidade. (SAVIANI, 2005).

Seja nos clubes ou na escola, vemos sempre que o não habilidoso é excluído do jogo e quando lhe é permitido jogar geralmente recebe as piores funções, como ir para o gol, por exemplo.

Isso ocorre em primeiro lugar, porque o professor permite, seja intencionalmente ou por despreparo da aula. Não discutirei aqui a postura do professor, pois essa reflexão já se deu no item anterior. Ateremos-nos ao aluno.

Portanto a esse aluno é importante dominar as técnicas da modalidade que gosta de praticar, mas não cabe à educação física escolar desenvolver essas técnicas. Para isso ele pode procurar uma escola especializada.

À educação física escolar cabe apresentar o máximo de possibilidades de vivência dos seus conteúdos, procurando abranger a todos. Explorar os variados esportes, lutas, danças, jogos, brincadeiras. (SESI-SP, 2006).

Assim o aluno poderá conhecer a diversidade da cultura mundial, ampliar seu repertório e leque de opções para se aproximar daquela manifestação que lhe for mais agradável. .(OLIVEIRA; SOUZA, 2013).

Para compreender o conteúdo que está aprendendo não basta ao aluno saber o que é, mas é preciso que ele entenda porque deve aprender aquilo, como aplicar esse conhecimento. (DAÓLIO, 2010).

O professor deve se preocupar em deixar claro para seus alunos o que define o conhecimento aprendido, ou seja, o que é essa manifestação cultural. Deve ensiná-los também como saber fazer, ou seja, pois assim descobrirá o que lhe dá mais prazer.

E, no decorrer de todo o processo é imprescindível que o aluno aprenda

a se permitir e permitir ao colega participar da aula aprenda e respeitar a todos, as regras, o espaço, se mostre disposto a exercer uma participação efetiva, não apenas estar presente.

Assim, o papel da Educação Física ultrapassa o ato de ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas, expressivas e conhecimento sobre o próprio corpo em seus fundamentos e técnicas (dimensão procedimental), mas inclui também os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber por que está realizando este ou aquele movimento, isto é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual). (SESI-SP, 2006, p. 50).

Mas o papel da educação física não se resume aos seus conteúdos, mas atende também à forma com que vai trabalhá-los.

A forma diz respeito à condução da aula pelo professor, desde a programação até a execução, passando por todos os níveis, da avaliação diagnóstica, passando pela processual até a final. (FONSECA, 2008).

A forma definirá a verdadeira aprendizagem, tanto no que diz respeito aos conteúdos específicos da educação física quanto àqueles orientados para a formação cidadã.

A educação física deve fomentar a assunção de valores de cidadania e de cooperação com os colegas e com o meio ambiente.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Psicomotricidade existe nos menores gestos e em todas as atividades que desenvolve a motricidade da criança, visando ao conhecimento e ao domínio do seu próprio corpo. A prática psicomotora deve respeitar as potencialidades de cada indivíduo, e seu direito de ter um lugar na sociedade. Por isso se diz que a mesma é um fator essencial e indispensável ao desenvolvimento global e uniforme da criança.

Diante disso, a escola, nas séries iniciais da educação básica, tem papel de extrema importância, pois pode influenciar diretamente no desenvolvimento do aluno, podendo ajudar na melhoria da aptidão física, e do desenvolvimento

psicomotor utilizando jogos lúdicos, brincadeiras que estimulam o lado cognitivo, motor e sócio afetivo da criança.

O desenvolvimento infantil pode ser um processo evolutivo que parte de um contexto geral para os contextos específicos, sendo assim, quando uma criança apresenta dificuldades de aprendizagem, o fundo do problema, em grande parte, está no nível das bases do desenvolvimento psicomotor.

A psicomotricidade pode oportunizar as crianças condições de desenvolver capacidades básicas, aumentando seu potencial motor, utilizando o movimento para atingir aquisições mais elaboradas, como as intelectuais, ajudaria a sanar estas dificuldades.

A importância do desenvolvimento harmonioso encontra-se dependente de inúmeros fatores, o qual, muitas vezes, não se controla. Deve se então, proporcionar, às nossas crianças, contextos favoráveis à vivência de situações enriquecedoras e facilitadoras da aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ARIOSI, C. M. F. **A Base Nacional Comum Curricular para Educação Infantil e os campos de experiência:** reflexões conceituais entre Brasil e Itália. *Humanidades & Inovação*, v. 6, n. 15, p. 241-256, 2019.

BARBOSA, M. C. S.; RICHTER, S. R. S. **Campos de Experiência:** uma possibilidade para interrogar o currículo. *Campos de experiências na escola da infância: contribuições italianas para inventar um currículo de educação infantil brasileiro*. Campinas/SP: Leitura crítica, 2015, 185-198.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. **Referencial curricular nacional para a educação infantil** /. Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação. Brasília: MEC/SEB, 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Brasília: MEC/SEB, 1996.

DAÓLIO, J. **Da cultura do corpo**. 9ª. ed. Campinas: Papyrus, 2010.

FALCÃO, H. T.; BARRETO, M. A. M. **Breve Histórico da Psicomotricidade**. *Ensino, Saúde e Ambiente*, v. 2, n. 2, p. 84 - 96 2009.

DE LIMA NOBRE, G.; TERÁN, A. F. A metamorfose da borboleta: noções do conceito na educação infantil. **Experiências em Ensino de Ciências**, v. 13, n. 3, p. 96-101, 2018.

FARIA, J. E. M. **A psicomotricidade como instrumento facilitador da aprendizagem**. Dissertação (Especialista em Psicomotricidade) - Universidade Candido Mendes – Instituto a vez do Mestre – Rio de Janeiro, 2015.

FERREIRA NETO, Amarílio. **Catálogo de periódicos de educação física e esporte (1930- 2000)**. Vitória: Proteoria, 2002.

FONSECA, V. da. **Desenvolvimento Psicomotor e Aprendizagem**. Porto Alegre, Artmed, 2008.

GALAHHUE, D; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 2ed. São Paulo: PHORTE, 2003.

GALAHHUE, D; OZMUN, J. C. **Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos**. 3ed. São Paulo: PHORTE, 2005.

GONÇALVES, V. O. **Concepções e tendências pedagógicas da Educação Física contribuições e limites**. Revista Eletrônica do curso de Pedagogia do campus Avançado de Jataí da Universidade Federal de Goiás, v.1, n.1, jan./jul., 2005.

GONZÁLEZ, F. J.; FRAGA, A. B. **Afazeres da Educação Física na escola: planejar, ensinar, partilhar**. Edelbra Editora Ltda, 2012.

HAYWOOD, K. M.; GETCHELL, W. **Desenvolvimento motor ao longo da vida**. Editora Artmed; 2004.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 12^a. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

OLIVEIRA, A.F.S.; SOUZA, J. M. **A importância da psicomotricidade no processo de aprendizagem infantil**. Revista Fiar: Revista Núcleo de Pesquisa e Extensão Ariquemes, v.2, n.1, p.125-146, 2013.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 1^a. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**. 9^a. ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

SESI-SP. **Programa SESI atleta do futuro: perspectivas da inclusão e diversidade na aprendizagem esportiva** / SESI-SP. São Paulo: SESI, 2006.

SOUZA, D. N. **A contribuição do equilíbrio para o desenvolvimento da psicomotricidade em crianças de 2 a 4 anos**. Dissertação (Especialista em Psicomotricidade) - Universidade Candido Mendes - Rio de Janeiro, 2012.

WILLRICH, A. AZEVEDO, C. C. F.; FERNANDES, J. O. **Desenvolvimento motor na infância:** influência dos fatores de risco e programas de intervenção. Revista de Neurociências, v. InPres, p. 1, 2008.